



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

PROPOSTA DE LEI N.º 144/IX

ALTERA A LEI N.º 107-B/2003, DE 31 DE DEZEMBRO (ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2004).

Exposição de Motivos

Pela presente proposta de alteração à Lei do Orçamento do Estado para 2004 - Lei n.º 107-B/2004, de 31 de Dezembro -, submete o Governo à Assembleia da República, nos termos do artigo 53.º da Lei de enquadramento orçamental, um pedido de aumento do limite de endividamento líquido global directo em 2 849,6 milhões de euros, visando a assunção de responsabilidades perante terceiros transitadas de anos anteriores.

Em conformidade, o Governo propõe um aumento das dotações orçamentais nos montantes necessários à regularização de compromissos transitados de anos anteriores, com expressão na alteração dos mapas orçamentais I a IV anexos à Lei do Orçamento do Estado para 2004. Encontrando-se parte significativa dos mesmos traduzida em despesa paga por conta das dotações inscritas no Orçamento do Estado para 2004, a emissão de dívida pública, para além dos limites estabelecidos na respectiva Lei do Orçamento, visa dotar os serviços dos meios financeiros necessários ao pagamento dos compromissos do ano em curso, para as quais as respectivas dotações orçamentais iniciais se destinavam e assegurar, assim, a normalidade de tesouraria e financeira dos serviços do Estado.

Só dessa forma entende o Governo possível assegurar que não ocorra a transição de dívidas de 2004 para 2005 e que, dessa maneira, a proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2005, que concomitantemente se apresenta à Assembleia da República, possa reflectir as opções do Governo em matéria de política macroeconómica e orçamental, sem condicionalismos que pudessem advir da afectação de recursos financeiros gerados no ano de 2005 à regularização de dívidas transitadas de anos anteriores.

Na óptica das Contas Nacionais, o pedido de reforço das dotações orçamentais que a presente proposta de Lei consubstancia gera um efeito nulo nos valores de défices estimados das administrações públicas, recentemente reportados à Comissão Europeia e ao Eurostat no âmbito do procedimento dos défices excessivos, uma vez que as despesas de anos anteriores se encontram já imputadas aos exercícios orçamentais em que os compromissos ocorreram.

No que respeita ao nível de dívida pública, a presente proposta de Lei traduz-se num



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

ligeiro aumento do volume de dívida da Administração Central. No entanto, é claro entendimento do Governo nesta matéria que está em causa o pagamento de dívidas inadiáveis de entes públicos a fornecedores e terceiros que urge regularizar.

São as seguintes as situações de regularização de dívidas a que a presente proposta de Lei visa acorrer, sistematizadas por montantes globais:

- Serviço Nacional de Saúde: 1 851,8 milhões de euros;
- Subsistemas públicos de saúde (ADSE e subsistemas do Ministério da Defesa Nacional e das forças e serviços de segurança integrados no Ministério da Administração Pública): 261,4 milhões de euros;
- Dívidas de diversos Ministérios à Segurança Social: 224,8 milhões de euros, destacando-se o Ministério da Agricultura, Pescas e Florestas (181,8 milhões de euros) e do Ministério da Educação, no que se relaciona com encargos com a educação pré-escolar (36,0 milhões de euros);
- Instituto das Estradas de Portugal para entidades não públicas: 136,8 milhões de euros;
- Regularização de situações pendentes relativas às Forças Nacionais Destacadas: 53,1 milhões de euros;
- Compensação às autarquias locais do efeito da Reforma Tributária do Património: 120 milhões de euros;
- Contribuição financeira de Portugal para o orçamento da União Europeia: 112,1 milhões de euros;
- Cumprimento dos compromissos assumidos pelo Estado no âmbito do contrato de concessão da construção, conservação e exploração de auto-estradas, outorgado à BRISA – Auto-Estradas de Portugal, S.A., a título de comparticipação financeira: 30,1 milhões de euros;
- Cumprimento dos compromissos assumidos pelo Estado até 31 de Dezembro de 2003 em relação ao porte pago: 17,4 milhões de euros;
- Pagamento de quotas de participação em organizações internacionais: 10 milhões de euros;
- Dívidas do Ministério da Educação ao Ensino particular e cooperativo: 32,1 milhões de



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

euros.

Sobre esta matéria é firme convicção do Governo que, equacionando-se exequível, na actual política de gestão da dívida pública em curso, a incorporação das necessidades suplementares de financiamento do Estado, a regularização de encargos por recurso à emissão de dívida pública constitui a forma menos onerosa e mais transparente e responsabilizadora para o País.

Por via da presente lei corrigem-se ainda alguns aspectos pontuais que necessitavam de ajuste, designadamente nos artigos 6.º e 67.º da Lei que se altera.

Assim:

Nos termos da alínea *d*) do n.º 1 do artigo 197.º da Constituição, o Governo apresenta à Assembleia da República a seguinte proposta de lei:

Artigo 1.º

Alteração ao Orçamento do Estado para 2004

1 - É alterado o Orçamento do Estado de 2004, aprovado pela Lei n.º 107-B/2003, de 31 de Dezembro, na parte relativa aos mapas I a IV anexos a essa lei, quer no que respeita à apresentação da orgânica do XVI Governo Constitucional, quer nos termos do número e dos artigos seguintes.

2 - As alterações referidas no número anterior constam da presente lei e dos mapas I a IV a ela anexos, que substituem os mapas I a IV da Lei n.º 107-B/2003, de 31 de Dezembro.

Artigo 2.º

Transferências orçamentais

É aditada uma alínea 20) ao artigo 6.º da Lei n.º 107-B/2003, de 31 de Dezembro, com a seguinte redacção:

«20) Transferir da dotação inscrita no orçamento do Ministério da Inovação, Ciência e do Ensino Superior a verba de € 1 000 000 para o orçamento do Ministério da Defesa Nacional, relativa à reafectação de parte do PM 65/Lisboa – Colégio de Campolide.»

Artigo 3.º



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Financiamento do Orçamento do Estado

O artigo 61.º da Lei n.º 107-B/2003, de 31 de Dezembro, passa a ter a seguinte redacção:

«Artigo 61.º

Financiamento do Orçamento do Estado

Para fazer face às necessidades de financiamento decorrentes da execução do Orçamento do Estado, incluindo os serviços e fundos dotados de autonomia administrativa e financeira, fica o Governo autorizado, nos termos da alínea *h*) do artigo 161.º da Constituição e do artigo 63.º desta lei, a aumentar o endividamento líquido global directo, até ao montante máximo de € 11 094 135 760.»

Artigo 4.º

Gestão da dívida pública directa do Estado

O artigo 67.º da Lei n.º 107-B/2003, de 31 de Dezembro, passa a ter a seguinte redacção:

«Artigo 67.º

Gestão da dívida pública directa do Estado

1 - (...)

a) (...)

b) (...)

c) (...)

d) (...)

2 - Com o objectivo de dinamizar a negociação e transacção de valores mobiliários representativos de dívida pública e suprir necessidades de financiamento de muito curto prazo, fica ainda o Governo autorizado, através do Ministro das Finanças e da Administração Pública, com faculdade de delegação, a realizar operações de reporte com valores mobiliários representativos de dívida pública directa do Estado, podendo, para o efeito,



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

contrair dívida flutuante e/ou fundada, cujo saldo não pode ultrapassar, em cada momento, €2 500 000 000.

3 - (...)

a) (...)

b) (...)

c) (...)»

Artigo 5.º

Entrada em vigor

A presente lei entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 14 de Outubro de 2004-10-14.

O Primeiro-Ministro, *Pedro Santana Lopes* — O Ministro dos Assuntos Parlamentares,
Rui Gomes da Silva.

Anexos



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Nota Justificativa

A) Sumário a publicar no Diário da República

Primeira alteração ao Orçamento do Estado de 2004, aprovado pela Lei n.º 107-B/2003, de 31 de Dezembro.

B) Síntese do conteúdo da proposta

A presente proposta tem por principal objectivo permitir que, por via do aumento do limite de endividamento líquido global directo, em 2 849,6 milhões de euros, se possam satisfazer responsabilidades perante terceiros transitadas de anos anteriores.

C) Legislação a alterar ou revogar

É alterada a Lei n.º 107-B/2003, de 31 de Dezembro.

D) Enquadramento jurídico da matéria objecto da proposta

A presente alteração é feita nos termos do artigo 53.º da Lei de enquadramento orçamental, alterada e republicada pela última vez com a Lei n.º 48/2004, de 24 de Agosto e nos termos da alínea *d*) do n.º 1 do artigo 197º da Constituição.

E) Articulação com o programa do Governo

A presente proposta corporiza diversas opções políticas constantes do Programa do Governo apresentando diversas medidas que contribuem para a redução do défice público e para o relançamento da economia portuguesa.

F) Necessidade da forma proposta para o projecto

A forma de lei é obrigatória nos termos do artigo 106.º da Constituição da República Portuguesa.